

**AS RECIPROCIDADES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL E A IMPORTÂNCIA
DA CULTURA ENDÓGENA E DO MEIO AMBIENTE NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA**

Ivanilson Dinis Geraldo Monteiro

Bacharel em Humanidades e estudante de Sociologia - Unilab

E-mail: ivanilsondinis@hotmail.com

Orientador: **Bas Ílele Malomalo**

Docente do IHL/UNILAB

E-mail: basilele@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho (que é uma parte do artigo em andamento) pretende investigar as reciprocidades na cooperação sul-sul, Brasil- África, e a importância da cultura endógena e do meio ambiente no que diz respeito ao processo desenvolvimento da África. Desde a abolição da escravatura, desenvolveram-se estreitas relações que perduraram até a independência dos países africanos (nos início dos anos 1960), momento em que começaram a surgir novos mecanismos de relacionamento entre este país, o Brasil, e o continente africano, em particular os países da região subsaariana. Dito isso, o estudo se desenvolve à luz do objetivo geral que é compreender o papel e as vantagens existentes na cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África.

Na década de 70, o acúmulo das experiências positivas dos países em desenvolvimento, que podem ser articuladas em outros países com os mesmos problemas, fez com que as Nações Unidas desenvolvessem o conceito e atesse a “cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD)” ou “horizontal”, em contraponto à “cooperação norte sul”. Assim sendo, a cooperação técnica internacional CTI (Sul-Sul), configura-se como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países.

Para contribuir no processo de desenvolvimento socioeconômico, a CTI (Sul-Sul) almeja a permutação de conhecimento entre um organismo internacional e um país, ou entre os países, em Bases comerciais, com vistas a alcançar objetivos comuns previamente definidos. O exposto nos leva a pensar sobre o nosso objetivo específico,

que é de avaliar a importância da cultura endógena e do meio ambiente para o desenvolvimento da África subsaariana.

METODOLOGIA

No nosso trabalho, durante o processo de coleta de dados, escolhemos a metodologia que levasse em conta as técnicas utilizadas numa pesquisa documental e as utilizadas, também, numa pesquisa bibliográfica, num formato que permite a complementariedade entre ambas.

No que tange à pesquisa bibliográfica, como bem define Gil (2010), é uma pesquisa que se desenvolve, a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Partes dos estudos exploratórios podem ser definidas como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas, a partir de técnica de análise de conteúdo. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, a não ser com base em dados secundários. É nesse sentido que escolhemos e/ou recorreremos ao material bibliográfico para alcançar os objetivos da nossa pesquisa.

Continuando com a perspectiva do mesmo autor, Gil (2010), uma pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença, para ele, entre ambas, está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

O nosso trabalho utilizou a internet para complementar e compreender melhor as reciprocidades na cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África através dos discursos do Celso Amorim (e demais autores políticos brasileiros) que se encontram *Youtube*. Esses autores políticos brasileiros, em seus discursos, não constituem foco do trabalho, mas, sim, como algo complementar.

RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

O nosso trabalho tem como foco estudar as reciprocidades concernentes à cooperação Sul-Sul e a sua implicação com a cultura endógena e o meio ambiente.

Segundo os levantamentos dos materiais na nossa pesquisa, constatamos que o nível de desenvolvimento adquirido pelo Brasil, entre diversos países que venham beneficiando intensamente da cooperação internacional, nas últimas décadas, fez com que algumas instituições brasileiras fossem demandadas com crescente intensidade, tanto por países interessados na sua experiência quanto por organismos internacionais. Neste particular, o governo brasileiro, reconhecendo a importância da CTI (Sul-Sul), que havia representado para o desenvolvimento do Brasil, considerou que o Brasil deveria dar um retorno compatível com os benefícios dela, a cooperação, obtidos e colocou sua experiência à disposição dos países interessados e não só organismos internacionais e ONGs. O governo brasileiro tem como pressuposto fundamental que a CTI (Sul-Sul) recebida deve contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do país e a construção da autonomia nacional nos temas abrangidos. A mesma preocupação aplica-se à CTI (Sul-Sul), prestada pelo Brasil a outros países, sendo que a missão da CTI (sul-sul) é definida pela ABC, agência brasileira de cooperação, como a de contribuir para o afinamento (estreitamento) das relações do Brasil com os demais países em desenvolvimento, para aplicação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimento técnico, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições, por meio do compartilhamento de políticas públicas bem sucedidas (ABC, 2015, p.1).

Posto isso, a cooperação internacional se apresenta como importante mecanismo (engrenagem) de relacionamento entre as nações e como meio de promover o desenvolvimento humano. No contexto da política internacional, a cooperação é definida, a partir do enfoque de disputa de poder, por ser ela (cooperação) instrumento da política externa dos países. Já no contexto da governança global, nas perspectivas sinalizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), ela (cooperação) é considerada como meio de “aproximação” entre os diferentes atores do cenário internacional, com vistas à assistência necessária aos países na condução e execução de suas iniciativas de promoção do bem-estar da população.

Isso dito, os temas cooperação internacional e desenvolvimento estão presentes no atual (concernente) debate sobre o cenário internacional. Ambos convergem para o tema da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Esse conceito parte do pressuposto de que há uma responsabilidade coletiva de todos os atores, frente aos desafios com que se depara a civilização humana, atualmente, com relação ao alcance do bem-estar geral. Diante disso, a cooperação internacional se instrumentaliza pelos

acordos de parcerias, firmados entre os diferentes atores internacionais, principalmente os países e as organizações internacionais, não exclusivamente a eles, ONGs.

Nesse intento, a discussão sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento está longe de ter alcançado a estabilidade teórica-conceitual e prática, o que acontece devido à popularidade do tema e ao momento de transição que se observa na dinâmica das relações internacionais, a partir da entrada da CTI (Sul-Sul) que temos aqui como foco no debate. O surgimento de novos atores globais influentes, sejam eles países emergentes, sejam organizações da sociedade civil, como, por exemplo, empresas e organizações não governamentais (ONGs), são alguns dos desafios reconhecidos. A transição de um enfoque de disputa de poder para um enfoque desenvolvimentista pressupõe um debate centrado no ser humano, conseqüentemente, menos econômico e mais humanista, menos universalista e mais intercultural (CAIXETA, 2014, p. 17).

E é nesse contexto que enxergamos que a emergência do Sul global é algo esperada como alternativa aos caminhos (horizontes) até então percorridos para o desenvolvimento. Boaventura de Sousa Santos defende novas formas de pensamento, pelo que assinala sobre a necessidade de se instituir novas epistemologias e de produzir conhecimentos que sejam provenientes de outras culturas e civilizações, até então ignoradas, por causa da localização no Sul (SANTOS apud CAIXETA, 2014, p. 19).

Com isso, com base no exposto em cima, o “refinamento” das relações Sul-Sul promoveu modificações na estrutura das relações internacionais e produziu resultados em termos de desenvolvimento, graças ao reconhecimento das oportunidades e capacidades dos países e ao aumento da demanda por sua cooperação. Para se assentar a este cenário e com a ambição de consolidar o protagonismo no cenário internacional, o Brasil priorizou, durante o governo Lula (2003-2010), a estratégia de cooperação Sul-Sul, CSS, na condição da Política Externa Brasileira (PEB) que tem como “fruto” (dentre os vários) a escolha do brasileiro, José Graziano, para ocupar a mais alta cadeira da FAO em que os votos dos países africanos pesaram muito (ULLRICH; MARTINS; CARRION, p.2-3).

Como falamos, desde início, pretendemos estudar as reciprocidades na cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento que levasse em conta os anseios da cultura endógena, tanto quanto o respeito pelo meio ambiente. Dito isso, notadamente, o desenvolvimento de capacidade (endógeno) é visto como um esforço para inverter as regras da sociedade, situações e padrões de comportamento, seus níveis e quantidade de capital social e sua habilidade para responder, adaptar-se e disciplinar a si mesma. No que concerne à capacidade, neste sentido, diz respeito à auto-organização de uma sociedade

e à disposição, visão, coesão e aos valores para a promoção do progresso ao longo do tempo (LOPES, 2005, p.46).

Reportando Serge Latouche (2009), atualmente o desenvolvimento sacrifica as populações e conseqüentemente o seu bem-estar concreto e local no altar de um bem-ter abstrato e desterritorializado. É óbvio, esse sacrifício em honra de um povo mítico e desencarnado é feito em proveito dos “empreendedores do desenvolvimento” (as empresas transnacionais, as autoridades políticas, os tecnocratas e as máfias) (LATOUCHE, 2009, p. 39).

Com isso, podemos dizer que qualquer desenvolvimento que não presa (zela) pelas as culturas e capacidades da população local (endógeno) está fadado ao fracasso de não satisfazer os preceitos almejados para aquela população. Isso dito, o desenvolvimento é pessoas e, como sendo as pessoas, ele (desenvolvimento) não pode fugir dos preceitos crivados por essas pessoas como prioritário. No nosso entendimento, qualquer que seja o projeto de desenvolvimento, em que não está subjacente ao reconhecimento dos anseios das pessoas, não é digno para execução porque o desenvolvimento ocorre quando é respeitada a cultura endógena, quando as pessoas são colocadas em primeiro lugar e quando existe liberdade de escolha. No entanto, o enfoque nas liberdades humanas afronta uma visão mais restrita de desenvolvimento, como as que enxergam o desenvolvimento através do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento de rendas pessoais, industrialização, desenvolvimento tecnológico ou modernização social. É claro que o crescimento do PIB ou das rendas individuais é, obviamente, muito importante como meio de expandir a liberdade pelos os membros da sociedade (SEN, 2015, p.16).

No que concerne ao meio ambiente, podemos dizer que a não certeza aos imprevisíveis elementos da natureza esteve presente, desde os primórdios da vida dos seres humanos. Entretanto, pouco a pouco, a ancestral e difícil luta por sobreviver foi se transformando em um desesperado esforço por dominar a natureza. E o ser humano, com suas formas de organização social antropocêntricas, posicionou-se figurativamente fora dela. Chegou-se a conceder a definição da natureza sem considerar a humanidade como sua parte integral. Foi característico a uma espécie de corte ao nó górdio da vida que une todos os seres vivos em uma única Mãe terra.

Investigar (pesquisar) sobre a natureza, meio ambiente, como tem feito os seres humanos, usando cada vez mais os métodos de análise da ciência, é estritamente inevitável e incontornável. O problema radica em que, por meio de diversas ideologias, ciências e técnicas separaram, hoje em dia, bruscamente ser humano da natureza. Sem querer negar as valiosas e importantíssimas contribuições da ciência, mas a voracidade

por acumular capital forçou ainda mais as sociedades humanas a ter a natureza como algo descartável. O capitalismo, como “economia-mundo”, transformou a natureza em uma fonte de recursos inesgotável que, como referimos, na concepção africana isso não funciona, devido à estreita ligação entre o Homem e a natureza e, acima de tudo, é insustentável (ACOSTA, 2011, p.101-102).

No mesmo intento, reportando a Lopes, o desenvolvimento é uma totalidade que se enraíza nos saberes da cultura que não descarta os valores, como o do ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar. Isto dito, o desenvolvimento é endógeno (local e ancestral), só pode vir do interior da sociedade, a qual define, soberanamente, a sua visão e a sua estratégia, e conta primeiramente e (sobretudo) com as suas forças internas e com a cooperação com a sociedade que colocam, em reciprocidade, com ela, os seus problemas e aspirações (LOPES, 2005, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal evidência, que se espera, é que os africanos enxergam que desenvolvimento é, ante de qualquer coisa, um esforço interno, não extravertido. A implementação de modelos de desenvolvimento, por nobres e apropriados que possam parecer, está condenado ao fracasso se não estiver assentado (enraizado) num terreno histórico e cultural sólido que respeite os saberes locais e meio ambiente onde esses sujeitos vivem. Dito isso, o meio ambiente para um ser africano não é somente um local que vai servir da exploração dos recursos naturais, de montar barragens e demais. Mas, sim um local de suma importância que coordena a vida dos homens na terra devido a sua habitação pelos antepassados, os ancestrais.

Nos preceitos africanos todo o universo está em interfuncionamento (interligado) como teia de aranha. Com isso, o homem da tradição africana se enxerga como elemento integrante do universo reatando uma relação profunda e cordial com o meio ambiente expressadas (externalizadas) em ritos, cerimônia. Reportando Ignacy Sachs (2009), como é de nosso conhecimento, o desenvolvimento e direitos humanos alcançaram lugares importantes na metade do século, que se versaram como duas ideias projetadas a exorcizar as lembranças da grande depressão e dos horrores da segunda guerra mundial, dando as engrenagens para o sistema das Nações Unidas e “impulsionar” os processos de descolonização. Entretanto, sem nenhum deslize, o contrato social no qual se baseia a

governabilidade da nossa sociedade deve ser complementado por um contrato natural em que o cuidado do meio ambiente seria prioridade das prioridades.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos.** 1. ed. Elefante, 2011.

CAIXETA, Maria Bolfarine. **Os discursos e as práticas na cooperação.** Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15924/1/2014_MarinaBolfarineCaixeta.pdf . Acessado no dia 20 de julho de 2016.

De cooperação, Agência brasileira. Histórico da cooperação técnica brasileira. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>. Acessado no dia 29 de junho de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** São Paulo: Luciana Veit, 2009.

LOPES, Carlos. **Cooperação de desenvolvimento humano. A agenda emergente para o novo milênio.** Unesp, 2005.

LOPES, Carlos. **Desenvolvimento para cético.** Unesp, 2006

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** 3. ed. São Paulo, 2010.

ULLRICH, Danielle Regina. MARTINS, Bibiana Volkmer. CARRION, Rosinha Machado. **A cooperação Sul-Sul como estratégia de Política externa brasileira: análise dos governos Lula e Dilma.** Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ESO911.pdf. Acessado no dia 19 de maio de 2016.